



COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGLGP

1ª Reunião Ordinária/2021

Ata de Reunião - 20/10/2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário				Local	Secretário da reunião	Código da Reunião
20/10/2021	Início	11h00	Término	11h45	Sala de Reuniões Virtual da SGE	Bianca M. Fernandes	CGLGP 2021.O.001

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1ª Reunião Ordinária 2021 do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, para tratar dos seguintes assuntos:

TEMA: Palavra do Exmo. Desembargador Presidente do TRT da 9ª Região, Desembargador Sergio Murilo Rodrigues Lemos, com a apresentação das medidas adotadas pela Administração em matérias de competência do Comitê, no ano de 2020 e 2021

3. PARTICIPANTES

Exmo. Desembargador Presidente do TRT9, Dr. Sergio Murilo Rodrigues Lemos

Membros do CGLGP: Des. Marcus Aurélio Lopes, Dr. Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, Dr. Marcos Blanco, Dr. Leonardo Vieira Wandelli, Dra. Patrícia Benetti Cravo, Ana Lúcia Pereira Menegatti, Marcos D'Assumpção Zaniol, Sandro Augusto Haisi, Gisele de Castro e Silva, Patrícia Carricondo Virges, Daniel Rodney Weidman Júnior, Edeni Mendes da Rocha, Rafael Araújo Leal, Ana Paula Siqueira Firmino, Claudia Cristina Thamm Otta e Maria Rosicler Cretella.

Membros do CGLGP, justificadamente ausentes: Douglas Paz de Oliveira

Convidados do CGLGP: Representando a Amatra IX, Dr. Roberto Dala Barba Filho; representando o Sinjutra, Renato Celso Moreira Filho.

Secretária do CGLGP: Bianca Merino Fernandes.

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

Itens de discussão e deliberações	Responsável
ABERTURA: A Secretária do CGLGP, Bianca Merino Fernandes, abriu a 1ª Reunião Ordinária do CGLGP de 2021, saudando os presentes e esclarecendo os objetivos da reunião.	Bianca Merino Fernandes



TEMA: Palavra do Exmo. Desembargador Presidente do TRT da 9ª Região, Desembargador Sergio Murilo Rodrigues Lemos, com a apresentação das medidas adotadas pela Administração em matérias de competência do Comitê, no ano de 2020 e 2021.

O Exmo. Desembargador Presidente iniciou a videoconferência esclarecendo que seriam abordados temas relacionados à área de competência do Comitê, em ações realizadas pela Administração no ano de 2020 e 2021.

O primeiro tema foi a equalização da força de trabalho do Tribunal, com a participação do Comitê de Priorização do 1º Grau. O Exmo. Desembargador Presidente destacou seu entendimento de que o ambiente do Comitê de Priorização do 1º Grau seria mais favorável aos magistrados e servidores para que pudessem ter suas posições e opiniões defendidas.

Afirmou que, durante esse período de quase um ano, o estudo da distribuição da FT de 1º e 2º graus foi realizado com base nas Resoluções CNJ 219/2016 e CSJT 296/2021, e que foram introduzidos critérios bem específicos, especialmente agrupamento das unidades por faixas processuais.

Destacou que o estudo foi conduzido pela Administração com a participação do Comitê de Priorização de 1º Grau, e participação intensa da Amatra IX e Sinjutra. Ressalta a importância da participação do Exmo. Juiz Presidente da Amatra IX, Dr. Roberto Dala Barba Filho, Dr. Marcos Blanco e Renato Celso Moreira Filho, pelo Sinjutra. Desse modo o foi firmado o acordo levado ao Tribunal Pleno, agora encaminhado ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho para homologação, conforme trazido pela Res CSJT 296/2021.

Observou que o TRT9 foi um dos primeiros que conseguiu avançar na aplicação da Res. 296, em nível de acordo e submeter à apreciação do CSJT. Esclareceu que o Acordo, em linhas gerais, prevê a adoção do 2º quartil para Varas do Trabalho com variação negativa de 20% e equalização das unidades do mesmo Foro, pela média das Varas do Trabalho, com fundamento no art. 8º, §4º da Res. 296. Essa foi a mais importante medida que se possa ter tomado em benefício da gestão de pessoas no TRT, quando a solução foi definida por acordo entre servidores, magistrados e administração.

Relembrou que a primeira tentativa foi um ambiente de novidade e foram enfrentadas dificuldades na aplicação da Res. CNJ 219/2016. Já nesta nova oportunidade, este foi o mais importante movimento feito nesse período, pois se obteve o sucesso decorrente do acordo e convencimento mútuo, fundamental nesse tipo de solução.



COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGLGP
1ª Reunião Ordinária/2021

Ata de Reunião - 20/10/2021

Prosseguindo nas ações desenvolvidas pela Administração, o Exmo. Desembargador Presidente apresentou, como outro aspecto importante, o Programa de Desenvolvimento Gerencial, principalmente este ano, destinado a elevar o grau de competência gerenciais associados a gestão pública contemporânea na concepção das metas institucionais dos servidores e gestores vinculados à área administrativa do Tribunal.

Informou que foram compostos 10 módulos ministrados por uma competente e reconhecida Universidade de Curitiba, esclarecendo que foram 5 temáticas (compostas por duas turmas cada): a) de autoconhecimento e qualidade de vida (20 horas); b) liderança estratégica (40 horas); c) comunicação e negociação estratégica (20 horas); d) comunicação interpessoal (20 horas) e e) autoconhecimento e desenvolvimento (40 horas). De acordo com o Exmo. Desembargador, foram 212 participantes, com a carga horária total de 10.000 horas contratadas pela Administração.

Ressaltou que até o momento foram concluídos 4 desses módulos e que tiveram uma avaliação com o valor de 4,76 com total de 5, e que a menor avaliação recebida foi 4,71 e a maior, 4,86.

Diante dessa avaliação, concluiu que os servidores que participaram tiveram índice de avaliação significativo. Pontuou que essa experiência foi teve resultado tão exitoso que a Escola Judicial, por sua vez, realizou a mesma contratação, para oportunizar o treinamento dos gestores da área judiciária.

Acrescentou que também era importante apresentar ao Comitê a ideia de que houve um Plano de Capacitação para a área administrativa, desde o ano passado. Foram realizados 101 eventos de capacitação, com a participação de 1404 servidores. Foram oferecidos cursos com destaque para o ciclo de capacitação sobre contratos e nova lei de licitação; Top 10 para Gestores; Teletrabalho no setor público; governança corporativa para o setor público e o plano de capacitação para a área de tecnologia da informação.

Outra ação importante destacada pelo Exmo. Desembargador Presidente nesse período de pandemia foi a criação de comunicador interno. Em sua visão, em decorrência do período da pandemia, perdeu-se o meio de comunicação usado à época. Disso, resultou que os magistrados e servidores passaram a utilizar-se das redes sociais para as atividades de trabalho e que essa situação prejudicial trouxe muita dificuldade para o servidor definir horário de trabalho e repouso, pois passaram a usar as redes sociais para se comunicar. Então foi criado um novo comunicador com possibilidade de realização de videochamadas, como é feito hoje com o whatsapp. Esse novo comunicador oficial interno alcança todos os servidores, com possibilidade de afastar-se do trabalho, abandonando as redes sociais para comunicação. A ideia era de desligamento.



Apontou, também, como outra ação dentro do período da pandemia a de distribuição de móveis e equipamentos do TRT para os servidores que em suas casas deveriam prestar o serviço por teletrabalho. Ressaltou que vários dos servidores se aproveitaram desse projeto para se prevenir em questões de ergonomia e de conforto evidentemente, pois nem todos têm a sua disposição um espaço que possa se transformar em ambiente de trabalho.

Uma outra questão informada como de grande relevância pelo Exmo. Desembargador Presidente, e que também envolve a gestão de pessoas, foi a criação de outro ambiente que tratasse da saúde e condições de trabalho dos servidores. Referindo-se ao Observatório, que foi disposição da Administração de se manter afastada da discussão e transferir para os envolvidos no ambiente do TRT - os servidores, magistrados de 1º e 2º grau, área de saúde - e externo dos usuários – Ministério Público e Advocacia –, a apresentação de contribuições para o funcionamento e enfretamento das questões que foram apresentadas. Ressaltou o Exmo. Presidente do TRT9, que todas as sugestões que foram apresentadas pelo Observatório da Covid19 para a Administração, sem exceção, foram acolhidas. Afirmou, ainda, que sempre pareceu à Presidência que esse seria um ambiente democrático e que as discussões e perspectivas poderiam ser apresentadas com a defesa dos interesses dos servidores e magistrados.

Salientou o excelente funcionamento do Observatório, que tem como indicador referencial para os processos de organização interna e preparação para o retorno, a posição dos órgãos competentes que pudessem falar a respeito das condições de saúde e sanitárias, principalmente a Secretaria de Estado da Saúde. Com esses referenciais foi construído todo o aparato de atendimento e da possibilidade do retorno sem que fosse necessário que a Presidência fizesse a interpretação da situação sanitária, tendo como referencial os órgãos públicos.

Passa a palavra ao Exmo. Juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, para que faça uma breve comunicação sobre o movimento e quantidade de discussões que se tiveram no Observatório.

O Exmo. Juiz inicia a fala saudando os presentes, agradecendo ao Presidente.

Informa que houve a 17ª reunião do Observatório na semana passada. Descreveu o ambiente como aquele em que todos participam, em que são feitas sugestões factíveis à Presidência, acreditando que em razão disso, inclusive, todas foram acolhidas. Destacou que participam do observatório o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba Filho, o servidor Sandro Haisi, o Exmo. Juiz Marcos Blanco, o



Senhor-Diretor Geral Rafael Araújo Leal, e o servidor do Sinjutra, Renato Celso Moreira Filho.

Ressaltou que é importante trazer à consideração de todos que as recomendações e sugestões do Observatório, bem como as decisões tomadas pela Presidência, tiveram o contexto da época da tomada da decisão. Evidente que a situação da pandemia veio melhorando nos últimos meses, último mês principalmente. Nesse aspecto, algumas restrições tomadas inicialmente pelo Observatório devem ser vistas lembrando do contexto da época em que foram tomadas, não neste cenário de melhoria pois, para órgãos que estão tomando certas decisões neste momento, especialmente o TJ/SP e alguns Regionais, o cenário é diverso, com as pessoas já em estágio avançado de vacinação.

Mencionou, o Exmo. Juiz, que ao se olhar o mês de outubro/2020 a perspectiva de vacina era zero e estruturação era mínima. A opção adotada pela Administração foi, então, de se resolver um problema pontual que se tinha. Não havia dificuldades no 2º grau, que imediatamente passou a atuar em videoconferência. O mesmo acontecia nas audiências de conciliação ou nas iniciais. Os problemas eram nas audiências de instrução. Então esse foi o objetivo naquele momento, esse recorte, para resolver essa situação pontual e específica do TRT9. Conclui que, pelos números alcançados de produtividade, a solução foi acertada.

Em viagens que tem realizado pelo interior para verificar a situação das localidades, o que notou foi que a preocupação da advocacia e jurisdicionados com o retorno do TJ/PR, que demorou para ocorrer. Pontuou que retornar às atividades como o TRT9 retornou há um ano e retornar agora, são situações diferentes. Retornar agora é mais tranquilo, afirmou.

Acrescentou, o magistrado, que o TRT 9 foi audacioso e corajoso ao retornar antes. O Observatório teve um papel fundamental nisso, assim como a Administração, ao acolher suas sugestões.

Dada a situação inusitada, não experimentada por ninguém, tentou-se acertar na medida do possível. Tudo era "aberto" e eram necessários ajustes nas medidas conforme a situação vinha melhorando. Para a próxima gestão, acredita que será um contexto mais confortável. "Voamos por instrumento até agora", salientou.

Caminhou-se no intuito de tomar as melhores medidas, e que houve problemas pontuais, muito poucos.

Devolve a palavra ao Exmo. Desembargador Presidente, que, nesse momento, abre a palavra ao Exmo. Presidente da Amatra IX, Dr. Roberto Dala Barba Filho, após, ao Exmo. Juiz Marcos Blanco e, por fim, ao servidor representante do Sinjutra, Renato Celso Moreira Filho.



O Exmo. Presidente da Amatra IX saúda o Presidente do TRT e os demais presentes.

Inicialmente registrou felicidade de se estar realizando a primeira reunião do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas.

Reiterou as palavras do Exmo. Desembargador Presidente, no sentido de que realmente há grande satisfação com os avanços conseguidos por meio do acordo relativo à equalização da força de trabalho, que foi encaminhado ao CSJT para homologação. Asseverou que diversas insuficiências foram supridas nas Resoluções que trataram das reestruturações da Justiça do Trabalho, minimizando em grande parte o impacto que seria sentido tanto pelos magistrados quanto pelos servidores, que têm suas vidas afetadas por essas movimentações. Alterações de uma vida constituída dentro de um projeto pessoal em determinada localidade.

Em seu entendimento, muito se avançou dentro das possibilidades existentes. Nesse momento, aguarda o retorno gradual das atividades presenciais, mencionando que no dia anterior verificou a existência de diversas Resoluções tratando da retomada das atividades de outros Tribunais do Trabalho, inclusive com determinações que já estão sendo discutidas no TRT9, como o "passaporte sanitário".

Acredita que o final desta gestão e início da nova será marcado por essa questão, do retorno e condições do retorno. Nesse aspecto, acredita que as atividades do Observatório são importantes, mas o CGLGP também possui participação importantíssima nesse momento crucial, esperando que possam ser envolvidos todos os ambientes de discussão e sugestão do Tribunal, para que seja possível retornar com segurança e garantido a prestação de serviço jurisdicional a todos.

Agradece a palavra.

Em prosseguimento, o Exmo. Desembargador Presidente passa a palavra ao Exmo. Juiz Marcos Blanco, que saudando a todos, afirmou que este último ano e meio foi um momento de desafio. Ressaltou que a Justiça do Trabalho conseguiu superá-lo, inclusive em relação às audiências. Mencionou que no início houve resistência em relação às audiências telepresenciais, mas que foi possível avançar.

Destacou que, na última reunião que participou do Observatório, o momento é de progredir a fase para que seja possível a continuidade do trabalho.

Não pode deixar de registrar a manifestação quanto ao acordo relacionado à distribuição da força de trabalho do Tribunal, que foi objeto de amplo debate, muitas colaborações, acreditando que foi possível construir um ato muito bom dentro que era possível dentro das Resoluções CNJ 219/2016 e CSJT 296/2021. Afirmou que foram feitos muitos avanços, e foi possível traçar um ato que vai



COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGLGP
1ª Reunião Ordinária/2021

Ata de Reunião - 20/10/2021

contemplar melhor o primeiro grau do que o que estava originariamente previsto nas Resoluções dos Conselhos Superiores. Registrou também a satisfação na retomada dos trabalhos do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, esperando que seja uma sede de debates e de avanços nas questões que lhe são afetas.

Em prosseguimento, o Exmo. Desembargador Presidente passa a palavra ao servidor Renato Celso Moreira Filho, que agradecendo a palavra, destacou a participação dos servidores Christian no Comitê de Priorização de Primeiro Grau, representando os servidores, o que ajudou no debate coletivo, que verifica ser a melhor forma de resolução de problemas. Menciona também a participação da servidora Mariana, que representa o Sinjutra no Observatório, contribuindo com os debates. Verifica que esses espaços têm muito a contribuir, pois os momentos de pluralidade trazem para o debate muita grandiosidade.

Agradeceu a palavra, desejando que o espaço no CGLGP seja mais uma oportunidade para se trazer o debate coletivo para a Administração.

O Exmo. Desembargador Presidente, então, retomou a palavra, informando que na próxima reunião do Comitê, agendada para o dia 17/11/2021, às 11 horas, será realizada a eleição para Presidente entre os magistrados que o compõem.

Em prosseguimento, afirmou ter trazido ações que poderiam ter sido discutidas no CGLGP, mas que dadas as circunstâncias suportadas e para evitar sobreposição de debates, optou pela construção desse novo ambiente que foi o Observatório. Desse mesmo modo, a posição pessoal da Presidência foi a de enxergar no ambiente do Comitê de Priorização do 1º Grau aquele mais favorável para os servidores e magistrados para um debate quanto à aplicação das resoluções 219 do CNJ e 296 do CSJT. Nesse sentido, lá foi o ambiente que se entendeu mais favorável para o debate.

O Exmo. Desembargador, então, franqueou a palavra aos que eventualmente quisessem se manifestar em relação aos temas ali expostos. Nada mais havendo, o Exmo. Desembargador Presidente encerra a reunião, agradecendo a presença de todos. Convocando os membros para a próxima reunião, a ser realizada no dia 17/11/2021, às 11 hrs.



COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGLGP
1ª Reunião Ordinária/2021

Ata de Reunião - 20/10/2021

5. PRÓXIMA REUNIÃO

Será realizada no dia 17/11/2021, das 11 às 12 hrs.

6. ASSINATURA

Conforme competência contida no art. 7º, inciso IV do Ato n.º 48/2021, este documento, lavrado pela servidora Bianca Merino Fernandes, será encaminhado aos membros presentes via e-mail, com que se dispensam as assinaturas da Ata.